26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

O TEMPO NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: ENTRE O INSTANTE E O CONTINUUM

TIME IN THE REPRESENTATION OF INFORMATION IN ARCHIVES AND LIBRARIES: *BETWEEN THE INSTANT AND THE CONTINUUM*

José Augusto Chaves Guimarães – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) Campus de Marília, Universidade Federal Fluminense (UFF)
Renato de Mattos – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: Considerando as concepções de tempo notadamente em Henri Bergson – o continuum - e em Gaston Bachelard – o instante – discute-se, em uma perspectiva teórico-crítica, como esse tempo se evidencia nos processos, instrumentos e produtos de representação da informação em arquivos e bibliotecas, enquanto instituições de informação, especialmente considerando seu papel mediador entre uma informação produzida e o acesso a ela para fins de construção de uma nova informação, em um movimento helicoidal contínuo. Para tanto, parte-se das distintas concepções de instituições de informação, coletoras de cultura, lugares de memória, espaços de monumentalização, promotoras de gestão institucional dos saberes, para analisar a natureza mediadora da representação da informação que nelas se desenvolve como subsídio à promoção de um processo comunicacional e, nesse contexto, como o tempo se manifesta de forma plural e constitui elemento caracterizador e determinante, atingindo, de diferentes formas, essa representação, tendo como premissa que arquivos e bibliotecas, como instituições de informação, transitam, especialmente em seus procedimentos, entre o passado, o presente e o futuro.
Palavras-chave: representação da informação; lugares de memória; tempo; Bergson, Henri; Bachelard, Gaston.

Abstract: Considering the conceptions of time notably in Henri Bergson – the continuum – and in Gaston Bachelard – the instant – this paper discusses, from a theoretical-critical perspective, how this time is evidenced in the processes, instruments, and products of information representation in archives and libraries, as information institutions, especially considering their mediating role between produced information and access to it for the purpose of constructing new information, in a continuous helical movement. To this end, it starts from the distinct conceptions of information institutions, collectors of culture, places of

memory, spaces of monumentalization, promoters of institutional management of knowledge, to analyze the mediating nature of the information representation that develops within them as a subsidy to the promotion of a communicational process and, in this context, how time manifests itself in a plural way and constitutes a characterizing and determining element, affecting this representation in different ways, based on the premise that archives and libraries, as information institutions, move, especially in their procedures, between the past, the present, and the future.
Keywords: information representation; places of memory; time; Bergson, Henri; Bachelard, Gaston.

1 INTRODUÇÃO

Arquivos e bibliotecas ocupam uma posição de centralidade no que se refere à dimensão institucional da Ciência da Informação. Nesse sentido, são historicamente concebidos como: a) *instituições coletoras de cultura* "cujos interesses variam desde objetos únicos até informação publicada" (Homulos, 1990, p. 11), b) lugares de memória (Nora, 1993) ao atuarem como espaços de preservação de vestígios do passado com potencialidade de (re)criação de memórias; c) instituições que promovem a gestão institucional dos saberes (Fernandes, 1995, p. 27-28), no intuito de "dar coerência, recuperar a união, o sentido de fazer parte de, de estar em contato com"; ou ainda como d) instituições de custódia e de organização que visam a propiciar aos documentos (aqui entendidos como informação materializada e socializada) a necessária portabilidade no espaço e permanência no tempo (Smit; Barreto, 2002).

Nesse contexto, e para que tais instituições possam cumprir sua função social – seja para fornecer testemunhos que podem ser alçados a uma função probatória, seja para subsidiar a construção de novos conhecimentos por meio da pesquisa, necessário se torna o desenvolvido de ações de natureza mediadora que viabilizem o estabelecimento de um efetivo processo comunicacional o(s) produtor(es) e o(s) usuário(s) da informação. Tais ações, genericamente denominadas como de organização da informação, envolvem procedimentos de análise, de síntese e de representação (Chaumier, 1980; Kobashi, 1994) e se inserem em um movimento helicoidal contínuo na medida em que uma dada informação, uma vez produzida, socializada, incorporada institucionalmente, organizada e disseminada, passa a ser acessada, apropriada e subsidia a construção de uma nova informação que, por sua vez, será novamente socializada, incorporada institucionalmente, organizada (Guimarães, 2017).

A tradição francesa relativa à organização e representação da informação (Chaumier, 1980; Gardin, 1966, 1973, 1974) refere-se a dois momentos, sucessivos e complementares, de

natureza lógico-linguística: a análise, a partir de estratégias de leitura documental para fins e identificação de conteúdo, e a síntese, a partir da seleção dos conteúdos a serem representados e da sua representação propriamente dita valendo-se de instrumentos para tal. Com isso, geram-se produtos (índices, inventários etc) que serão colocados à disposição dos usuários para fins de recuperação e disseminação da informação.

Especificamente no que se refere à representação da informação, enquanto atividade mediadora, observa-se que esta se inscreve no tempo que, juntamente com a dimensão espacial, a contextualiza (Guimarães, 2017). No entanto, esse tempo é plural, e atinge, de diferentes formas, os distintos procedimentos envolvidos.

À vista disso, e tendo como premissa que arquivos e bibliotecas, como instituições de informação, transitam, em seus procedimentos, entre o passado, o presente e o futuro, objetiva-se analisar, a partir de uma abordagem teórica, como a questão do tempo se efetiva especificamente na representação da informação.

Para tanto, e sob o aspecto metodológico, parte-se das distintas concepções de instituições de informação, coletoras de cultura, lugares de memória, espaços de monumentalização, e promotoras de gestão institucional dos saberes, para analisar a natureza mediadora da representação da informação que nelas se desenvolve como subsídio à promoção de um processo comunicacional.

Indo além, analisa-se como, nesse contexto, o tempo se manifesta de forma plural e constitui elemento caracterizador e determinante, atingindo, de diferentes formas, essa representação. Para tanto, tem-se como premissa que arquivos e bibliotecas, como instituições de informação, transitam, especialmente em seus procedimentos, entre o passado, o presente e o futuro.

Para tanto, recorre-se a uma análise das diferentes concepções de tempo em Gaston Bachelard e Henri Bergson, notadamente em suas obras “A intuição do instante” e “ O pensamento e o movente”, que tratam da questão do tempo, para, a partir daí, e tendo como pano de fundo as reflexões de Pierre Nora e Jacques Le Goff, discutir a configuração do tempo nos procedimentos de representação da informação (classificação, indexação, descrição, condensação etc.), e como esse aspecto temporal se encontra presente nos instrumentos que subsidiam tais procedimentos e nos produtos que a partir deles são gerados.

2 O TEMPO EM BERGSON E EM BACHELARD

Henri Bergson (1859-1941), filósofo e diplomata francês, inclusive laureado com o prêmio Nobel de Literatura em 1927, notadamente por sua obra A evolução criadora, de 1907, dedicou especial foco na questão do tempo enquanto duração, em que passado, presente e futuro só se identificam a partir de um continuum.

Para o autor, o tempo se efetiva na continuidade incessante do instante, de uma duração ininterrupta, e em uma continuidade indivisível. Esse continuum, para Bergson (2006) se efetiva a partir de mudanças, sem as quais a duração não existe. E a duração, por sua vez, é a mola mestra tanto para a continuidade quanto para a novidade. Para o autor, o tempo é duração e "[...] a essência da duração é fluir [...] é a continuidade de transição, é a própria mudança" (Bergson, 2006, p. 9-10).

Para o referido autor (Bergson, 2006, p.11), o movimento, que é inerente à mudança, conduz a um tempo que aparentemente se revela "feito de partes distintas e justapostas", que se sucedem. No entanto, "toda mudança, todo movimento, é indivisível" (Bergson, 2006, p. 164), e, para tanto, exemplifica com o pulo que, por sua vez, pode durar segundos, dias, meses ou anos, pouco importa, é indecomponível", de tal forma que o movimento, inerente ao tempo, é, por si só, a própria realidade e as divisões que imprimimos ao tempo, buscando imobilizá-las, nada mais são senão uma forma que encontrarmos para representar o tempo, na ilusão de que "o trajeto se aplica sobre a trajetória" em um movimento que se reconhece, e se reconstitui e se representa, a partir de imobilidades (Bergson, 2006, p. 167).

Schöpke (2020), ao resgatar o tempo em Bergson, destaca que esse fluir que lhe é inerente, constantemente permeado pelas mudanças, e que poderia ser especialmente representado pela trajetória, se reconhece e se efetiva por meio da consciência e da memória, que nos permitem perceber o passado, o presente e o futuro, algo que se faz possível:

> (...)apenas quando a consciência consegue ligar os fatos vividos, quando costura os múltiplos acontecimentos de nossa existência (que, de outro modo, estariam perdidos para sempre no devir do mundo), que formamos a ideia de continuidade. É a consciência, na verdade, que gera a memória do passado. É na riqueza da vida interior que emerge o tempo enquanto continuidade, enquanto linha reta (Schöpke, 2020, p. 8).

Gaston Bachelard (1884-1962) foi um filósofo, químico e poeta francês, com relevante contribuição à epistemologia e à história da ciência, em especial no que se refere ao espírito

científico em um mundo do limiar do século XX, e fortemente impactado pela Teoria da Relatividade de Einstein. Mas foi em sua obra A intuição do instante, originalmente publicada em francês em 1931 (Bachelard, 2007) que o autor volta-se à questão do tempo, em uma abordagem que inicialmente pode ser considerada como contraposição à de Bergson mas que, em verdade, com ela dialoga significativamente.

Bachelard vê a realização do tempo no instante, este isolado em si mesmo. Para tanto, cita Gaston Roupnel (1927) para quem a única realidade do tempo reside no instante. Desse modo, o instante, como "uma realidade encerrada no instante e suspensa entre dois nadas" constitui o que é efetivamente real, na medida em que o passado é memória e o futuro é expectativa (Bachelard, 2007, p. 17).

Para Bachelard (2007, p. 25), e referindo-se a Roupnel (1927), a duração, como um *continuum*, é uma construção da memória, que tece uma urdidura de instantes, tal como "a reta se constitui de pontos sem dimensão". Desse modo, é o instante, como algo preciso e objetivo, marcado pela fixidez e pelo absoluto que, diferentemente de um tempo supostamente uniforme, renova-se constantemente, e conduz o homem à oportunidade inicial do devir.

Nesse sentido, a concepção de Bachelard converge com a de Einstein, para quem o instante corresponde a um ponto específico no espaço-tempo.

Como destaca Schöpke (2020, p. 6), "o passado que já passou e o futuro ainda não foi, e que só chegará a ser à custa de se tornar, ele próprio, presente". Tem-se, pois, "passado e futuro como impressões indiretas" enquanto a efetiva consciência se restringe à do instante (Bachelard, 2007, p. 51-52).

Tal aspecto, por sua vez, vai ao encontro do que François Hartog (2013), historiador francês com forte ênfase na historiografia grega, que, ao examinar o modo como a contemporaneidade entende o tempo e dá sentido à sua própria história, definiu como "a ascensão do presentismo", notadamente a partir da segunda metade do século XX quando, em função das transformações no cenário político, econômico e social, dissemina-se a percepção de que o presente domina e se repete à exaustão, reorganizando tanto a maneira como olhamos o passado quanto a forma como imaginamos (ou deixamos de imaginar) o futuro (Hartog, 2013).

Nessa ótica, o presente deixa de ser a passagem entre passado e futuro, tornando-se o horizonte principal da experiência humana. Nessa perspectiva, o passado é constantemente mobilizado como memória, patrimônio e identidade, em função de disputas do presente. Por

sua vez, o futuro perde a força como horizonte de progresso e transformação (a incerteza dá lugar à esperança, e as utopias cedem espaço à distopia). Trata-se, portanto, de uma época marcada pela dificuldade de projetar futuros coletivos e pela constante sensação de urgência e de um "presente sem saída".

Dissociando-se da concepção bergsoniana de tempo como um continuum absoluto, em plena e constante duração, para Bachelard (2007) o tempo se percebe objetivamente no instante enquanto fragmento. Como bem destaca Schöpke (2020, p. 8): "O próprio tempo é, por fim, pensado como nada mais do que a sucessão de instantes descontínuos. O instante seria a menor fração do tempo, ou o tempo condensado, o que continua não dizendo bem o que é o tempo".

Trazendo a questão do tempo para o contexto do helicoide informacional em que se inserem arquivos e bibliotecas na consecução de seus processos comunicacionais, pode-se dizer que é notadamente na representação da informação que o continuum de Bergson e o instante de Bachelard encontram dialogicidade e, indo além, complementaridade, como se discute a seguir.

3 O TEMPO NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Ao analisar o conflituoso processo de formação da nacionalidade e das instituições brasileiras, Alfredo Bosi identifica uma prática recorrente entre os intérpretes que se debruçaram sobre o tema: o uso constante do passado como mecanismo de legitimação ou deslegitimação de projetos políticos, sociais e discursivos. Segundo o autor, "o passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe nas arcas as roupas velhas ou novas" (Bosi, 1992, p. 35). Nessa formulação, evidencia-se não apenas a relevância das "arcas" — termo que, embora não compartilhe a mesma raiz semântica de "arquivo", mantém estreita relação com ele por remeter igualmente aos espaços de guarda e armazenamento —, mas sobretudo a operação de "escolha" conduzida a partir das demandas e sensibilidades do presente.

A imagem construída por Bosi reforça aquilo que, sob diferentes perspectivas, Marc Bloch (2001) e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1992) identificaram como a primazia do tempo presente na atribuição de sentidos aos vestígios do passado, entre eles os documentos de arquivo. Com efeito, se para Bloch a produção do conhecimento histórico não corresponde a uma reprodução objetiva dos acontecimentos, mas a uma construção intelectual mediada

pelas inquietações e questões formuladas no presente, para Menezes o próprio processo de significação dos registros do passado encontra-se condicionado pelas circunstâncias históricas e culturais do tempo em que são interpretados.

Há, portanto, uma relação de reciprocidade entre temporalidades, na medida em que a apreensão da história se configura como um diálogo permanente entre passado e presente. O olhar contemporâneo condiciona a investigação histórica sem, contudo, eliminar o rigor crítico exigido no tratamento das fontes e nos modos pelos quais a informação em arquivos e bibliotecas é organizada, descrita e disponibilizada. Nesse sentido, embora se reconheça que os documentos de arquivo e de biblioteca não possuem uma reserva intrínseca de sentido nem constituam, por si mesmos, memória materializada, conforme argumenta José Francisco Guelfi Campos (2015), é inegável o processo de "monumentalização" de determinados conjuntos documentais a partir da "sacralização" de documentos elevados à condição de históricos, administrativos ou de pesquisa segundo critérios seletivos e subjetivos adotados pelos profissionais responsáveis por sua organização.

Conforme sublinhou José Maria Jardim, a construção de versões do passado a partir das demandas do presente influi diretamente na conformação do chamado "patrimônio documental". Tal processo se manifesta, entre outros aspectos, e mais especificamente no caso dos arquivos, no favorecimento da recuperação de determinadas informações em inventários, catálogos e guias em detrimento de outras, por meio da produção de "detalhados instrumentos de recuperação de informações sobre um pequeno segmento do acervo em detrimento de um controle global sobre o conjunto dos fundos documentais" (Jardim, 1996, p. 8).

Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Bachelard, segundo a qual, no momento da representação da informação, atua sempre um presente considerado em si mesmo, atravessado pelas contingências espaço-temporais, institucionais e ideológicas daquele contexto específico. Desse modo, ainda que o profissional busque pautar sua atuação por critérios de uma suposta objetividade, no mais das vezes a partir da aplicação rigorosa de procedimentos há muito consolidados, suas práticas permanecem inevitavelmente condicionadas pelas estruturas de pensamento e pelos horizontes de expectativa de seu próprio tempo histórico.

De fato, documentos arquivísticos e bibliográficos passam por processos de monumentalização, convertendo-se em vetores capazes de evocar o passado, perpetuar recordações e, em última instância, prescrever formas consideradas legítimas ou "corretas" de

leitura da história para as gerações futuras. Conforme sublinhado por Jacques Le Goff (1994), o caráter monumental não se restringe às construções de cal e pedra, uma vez que documentos de arquivo e obras bibliográficas também podem ser monumentalizados. Tal processo pode ocorrer tanto por iniciativa de seus produtores, que buscam projetar sobre o futuro determinadas concepções de mundo, quanto por ação de seus intérpretes, mediante escolhas deliberadas acerca daquilo que deve ser considerado representativo de uma época, de uma identidade ou de uma memória coletiva.

Do mesmo modo, os profissionais responsáveis pela organização, descrição e representação da informação participam ativamente desse processo ao elaborarem instrumentos de pesquisa, inventários, catálogos e demais mecanismos de mediação documental. Ainda que frequentemente orientadas por pressupostos técnicos, tais práticas implicam operações seletivas que acabam por priorizar determinados documentos, temas e narrativas em detrimento de outros, influenciando diretamente aquilo que será lembrado e, consequentemente, aquilo que tenderá ao esquecimento. Nesse sentido, a monumentalização dos documentos não decorre de uma qualidade intrínseca aos registros (Camargo, 2003), mas de processos históricos, institucionais e simbólicos de atribuição de valor e significado.

Inscritas no regime de “presentismo” definido por Hartog, no qual o presente se impõe como principal horizonte de experiência e interpretação do tempo histórico, as práticas contemporâneas de preservação documental e memorialística, assim como a expansão dos chamados “lugares de memória”, orientam os processos de monumentalização conduzidos por arquivistas e bibliotecários. Nesse contexto, diante da ruptura das formas tradicionais de transmissão da memória e da crescente necessidade de criação de dispositivos conscientes de preservação, tais profissionais contribuem não para a preservação do passado em si, mas para a conservação de determinadas representações do passado produzidas a partir das demandas e sensibilidades do presente.

Ao reconhecer que a memória constitui um “elo vivido no eterno presente”, Nora (1993, p. 16) afirma que “lugares” como arquivos, bibliotecas e museus, assim como cemitérios, festas, efemérides, monumentos e santuários, configuram vestígios de uma “sociedade desritualizada”, na qual já não existem memórias “espontâneas”. Tais espaços funcionariam, portanto, como uma espécie de “memória-prótese”, destinada a estabilizar o presente diante das percepções de ruptura, aceleração e incerteza histórica (Nora, 1993, p. 12-13).

Observa-se, destarte, que na representação da informação no deparamos ao menos com três "tempos": um (ou vários) passados, manifesto(s) nos documentos e nos instrumentos de tratamento; um presente a partir da ação de quem efetiva a representação, notadamente a partir de questões suscitadas em seu contexto imediato (Bloch, 2001; Camargo, 2003; Menezes, 1992) e um (ou vários) futuro(s), a partir dos distintos e possíveis usos que decorrem dessa representação.

Temos, assim, na ótica de Bachelard, que considerar os vários "instantes" (da produção documental, da análise do documento, da sua representação e do seu uso). Exemplo disso se verifica nas pesquisas coordenadas por Mariângela Fujita (Alves *et al*., 2016; Fujita, 2013; Mattos *et al*., 2017) acerca da aplicação do protocolo verbal nos "instantes" de desenvolvimento dos processos de leitura e de representação documentária. No entanto, e em complementaridade, para que se promova o processo comunicacional e se efetive o helicoide informacional, há de se contemplar a ótica de Bergson de um continuum, sem o que a missão institucional não se efetiva. Assim, a partir da ótica bachelardiana, há de se ter em conta que, no momento da representação, o que atua é um presente considerado em si mesmo (inclusive permeado pelas contingências espaço-temporais e ideológicas daquele instante, por mais que o profissional possa buscar ser "isento"). Tem-se, pois, um momento de valoração, influenciada/condicionada pelas circunstâncias históricas em que o agente está inscrito. Mas esse presente, ainda que possa ser isolado enquanto instante, nutre-se de um passado com olhos no futuro, de tal modo que processo comunicacional almejado somente se efetiva a partir do reconhecimento de um continuum bergsoniano.

Tal aspecto, por sua vez, faz cair por terra qualquer argumento de neutralidade ou imparcialidade nesse momento de representação, pois o profissional da informação, como destaca Olson (2002) encontra-se munido de um "poder de nomear", poder esse que lhe foi confiado pela sociedade por conta de sua expertise, mas que, por sua vez, não se encontra imune a vieses de distintas ordens. Guimarães e Bagatini (2025), ao buscarem desdobrar o poder de nomear em distintos "subpoderes", referem-se especificamente ao "poder de monumentalizar" em que a monumentalidade do registro vai além daquilo que Le Goff denominou como documento-monumento para atingir a própria representação, enquanto o rótulo que descreve o documento (seja o cabeçalho de assunto ou a denominação de uma série documental, em instrumentos de pesquisa, catálogos, índices), rótulo esse que, por sua vez, também denota uma monumentalidade.

A dimensão monumental de documentos de arquivo e de biblioteca se efetiva tanto pela ação de seus produtores, que buscaram projetar sobre o futuro suas concepções de mundo, seja por seus intérpretes em uma ação deliberada de "escolha" daquilo que é representativo de suas formas de conceber o mundo, ou seja, daquilo que deve ser lembrado e, consequentemente, o que deve ser esquecido.

O monumento, enquanto tal, evidencia um poder de perpetuação que se efetiva por meio da representação nomeada, esta, por sua vez, um novo documento-monumento que se integra aos lugares de memória, a partir de uma visão de mundo, em uma atividade eminentemente hermenêutica e, portanto, seletiva e redutora (Guimarães; Bagatini, 2025; Rabello, 2009). Como bem destaca Dodebei (2000), esse novo documento/monumento é fruto de uma ação selecionada que preserva, ou congela, um dado momento social, no tempo e no espaço. Tem-se, assim, no momento da representação documental propriamente dito, o congelamento do instante bachelardiano.

Conforme a célebre formulação de Walter Benjamin (2012), trata-se, pois, de um presente historicamente denso, "saturado de agoras". Nessa perspectiva, o instante bachelardiano e o "agora" benjaminiano deixam de constituir meros momentos transitórios entre o antes e o depois para se converterem em pontos de condensação do processo histórico, capazes de interromper a concepção linear do tempo e de reativar criticamente o passado. Desse modo, tais categorias podem ser compreendidas como elementos fundamentais para os processos de organização e reorganização das formas pelas quais uma sociedade experiencia e interpreta a temporalidade histórica.

Mas é na perpetuação, que se assemelha ao continuum bergsoniano, que a monumentalidade da representação traz consigo outros dois "poderes", aparentemente antagônicos, do profissional que a realiza: o poder de ocultar e o poder de evidenciar, ambos à mercê de uma subjetividade que se materializa nas escolhas, na seletividade (Guimarães; Bagatini, 2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação da informação em arquivos e bibliotecas evidencia-se como um processo profundamente atravessado pelo tempo, pela interpretação e pelas relações de poder. Ao buscar garantir a portabilidade da informação no espaço e sua permanência no tempo, as práticas representacionais não se limitam a descrever documentos, mas produzem

sentidos a partir de escolhas seletivas e intencionais. Nesse movimento, documentos e instrumentos e produtos de representação convertem-se em monumentos que projetam determinadas leituras do passado para o futuro. Assim, o "instante" da representação, pensado à luz de Bachelard, não se encontra isolado, mas inserido em um continuum temporal, em diálogo com a duração bergsoniana, e com o movimento helicoidal (Guimarães, 2017), conectando produção, representação e uso da informação em diferentes temporalidades.

Diante disso, torna-se fundamental reconhecer que a representação da informação possui uma dimensão ética incontornável, uma vez que os modos de nomear, classificar e contextualizar influenciam diretamente as possibilidades de acesso, interpretação e diálogo entre diferentes sujeitos e contextos históricos. O reconhecimento dos distintos tempos envolvidos, a compreensão de seus enquadramentos contextuais, a valorização do diálogo transcultural e a consciência da monumentalidade produzida pela própria representação configuram posturas essenciais para uma prática informacional mais crítica e reflexiva. Desse modo, o tempo deixa de ser um elemento periférico e passa a constituir dimensão inerente à gênese e ao desenvolvimento da representação da informação.

Indo além, o tempo assume, e evidencia, uma natureza política em que o presente, enquanto instante bachelardiano, atua como um campo de disputa situado em um *continuum* bergsoniano, entre a narração do passado e as projeções para o futuro. À vista disso, destaca-se a relevância das contribuições epistemológicas de autores como Henri Bergson e Gaston Bachelard para os debates contemporâneos no campo da representação da informação em arquivos e das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Roberta Caroline Vesú; NEVES, Dulce Amélia de Brito; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MORAES, João Batista Ernesto de. Estratégias metacognitivas para análise de assunto: aspectos teóricos de superestrutura e esquemas sobre textos literários infanto-juvenis. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 7-19, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/21957. Acesso em: 29 mar. 2026.

BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Campinas: Verus, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 222–232.

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**: Revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro, n. 1, p. 11–17, 2003 Disponível em: https://www.aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Revista-do-Arquivo-n%C2%BA-1-2003.pdf Acesso em: 29 mar. 2026.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Revista Escrita da História**, Formiga, v. 2, n. 4, p. 100-119, 2015. Disponível em: https://www.escritadahistoria.com/2024/01/arquivos-e-memoria-elementos-para-o.html?m=1. Acesso em: 29 mar. 2026.

CHAUMIER, Jacques. **Travail et méthodes du/de la documentaliste**. Paris: Éd. E.S.F., 1980.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. *In*: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de. (org.). **Memória, identidade e representação**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 59-66.

FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-30, 1995. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/889670260/FERNANDES-G-C-O-objeto-de-estudo-da-Ciencia-da-Informacao Acesso em: 29 mar. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 17, p. 42-66, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8135/5807 Acesso em: 29 mar. 2026.

GARDIN, Jean-Claude. Analyse documentaire et théorie linguistique. *In*: LES ANALYSES de discours. Neuchatel: Delachaux et Niestlé, 1974. p. 120-168.

GARDIN, Jean-Claude. Eléments d'un modèle pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v. 11, n. 5, p.171-182, 1966.

GARDIN, Jean-Claude. Document analysis and linguistic theory. **Journal of documentation**, [*s. l.*], v. 29, n.2, p. 137-168, 1973. Disponível em: https://www.emerald.com/jd/article/29/2/137/202547/DOCUMENT-ANALYSIS-AND-LINGUISTIC-THEORY. Acesso em: 29 mar. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. *In*: ANDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura. (org.). **The organization of knowledge**: caught between global structures and local meaning. Bingley: Emerald, 2017. p. 87-102.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; BAGATINI, José Augusto. As dimensões do poder de nomear na organização e representação do conhecimento. *In*: RIBEIRO, Fernanda. **Desafios éticos na organização do conhecimento**. Porto: CITCEM, 2025. v. 2. p 7-34.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, [*s. l.*], v. 15, n. 1, p.11-13, 1990. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/art-libraries-journal/article/abs/museums-to-libraries-a-family-of-collecting-institutions/CF90F42CE12624AE184E91EE036CAE2D. Acesso em: 29 mar. 2026.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, p. 102-117, 1996. Disponível em: https://arquivistica.fci.unb.br/au/a-invencao-da-memoria-nos-arquivos-publicos/. Acesso em: 29 mar. 2026.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: Le Goff, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MATTOS, Thais Caroline Lacerda; REDIGOLO, Franciele Marques; NEVES, Dulce Amélia de Brito; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Protocolo verbal: verbalizações concorrente e retrospectiva. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 49-66, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2475. Acesso em: 29 mar. 2026.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 09-23, 1992. Disponível em: https://revistas.usp.br/rieb/pt_BR/article/view/70497. Acesso em: 29 mar. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 29 mar. 2026.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação. 2009. 331 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103372. Acesso em: 29 mar. 2026.

ROUPNEL, Gaston. **Siloë**. Paris: Libraire Stock, 1927.

SCHÖPKE, Regina. Instante ou duração? Problematizando e dissolvendo o paradoxo do tempo a partir da querela entre Bachelard e Bergson. **Veritas**: Revista de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, v. 65, n. 1, p. 1-13, jan.-mar. 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/36055. Acesso em: 29 mar. 2026.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002, p. 175-210.

AGRADECIMENTO

Consigna-se agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro (Processo nº304515/2024-8).